



COMUNICADO N.º 7/2021 DA DIREÇÃO NACIONAL DO STI | 06/05/2021

AS FUNÇÕES DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA SÃO NUCLEARES PARA O ESTADO!

A missão da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) é essencial para a arrecadação da receita pública do país e no controlo da fronteira externa da União Europeia, quer por via do apoio ao cumprimento voluntário, prevenção e combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras, quer pelas ações corretivas e executivas junto daqueles que não cumprem. Para a sua missão, a AT conta com um corpo de Trabalhadores altamente qualificados, com muitos anos de experiência e que todos os dias vestem a camisola em prol do bem comum. Nunca é demais recordar que sem impostos, não há SNS, não há Ensino Público, não há Segurança, e, para não alongar a longa lista, nem sequer Estradas públicas existiriam em Portugal.

Num momento crítico como o que atravessamos, vários ramos de atividade económica foram gravemente afetados pela pandemia, com muitas empresas a passar dificuldades e o aumento do desemprego, mas a realidade é que outros setores prosperaram. Nestes momentos, mais do que nunca, a receita do Estado e a sua boa gestão são fundamentais para garantir a justiça na distribuição da riqueza e o bom funcionamento de todos os serviços essenciais.

O Governo de Portugal pode e deve contar com os Trabalhadores da AT, não só para apoiar no cumprimento voluntário, mas sobretudo para prevenir e corrigir a fraude e a evasão fiscais e aduaneiras. Ao invés de assistirmos à alocação de inspetores no reforço do CAT, como tem acontecido nas últimas semanas, surpreende-nos que estes mesmos inspetores não estejam a ser alocados ao reforço de ações preventivas, sobretudo em setores ligados ao comércio eletrónico, que têm crescido com a pandemia, e em auditoria às empresas que estão a receber apoios do Estado.

Ninguém possui melhores ferramentas e conhecimento técnico para verificar a contabilidade das empresas e a correta utilização destes importantes apoios, do que a AT. Neste sentido, o sindicato não compreende o modo como estão a ser geridos estes recursos humanos e tem mesmo dúvidas quanto à sua legalidade. Esperemos, que se um dia tivermos de novo graves problemas nas contas públicas, não se venham culpar os Trabalhadores da Função Pública, como aconteceu em 2011.

Por outro lado, o reforço do apoio especializado ao cumprimento voluntário tem sido feito de forma intensiva e sem criar as condições necessárias aos Trabalhadores, nomeadamente através da disponibilização de equipamentos de trabalho e da compensação pelo uso dos meios pessoais, quando em teletrabalho.

Neste momento, os Trabalhadores da AT contam apenas com a sua dedicação e brio profissional e não com o devido empenho da Administração e da Tutela para lhe garantirem condições de trabalho dignas, ao contrário do que tem acontecido noutros Ministérios. A somar à falta de equipamentos de trabalho, existem procedimentos pendentes e procedimentos por abrir, injustiças por suprir, como é o caso do desajuste funcional das carreiras gerais, os obstáculos à abertura do concurso para transição das carreiras subsistentes, previsto no artigo 38.º do DL 132/2019, que foi e é, uma linha vermelha do STI, bem como a falta de regulamentação do Novo Regime de Carreiras Especiais.



Nas reuniões entre o STI, a Tutela e a Administração, ocorridas na semana passada, apesar das intenções manifestadas pelo SEAAF ([ver resumo da reunião](#)) e pela Direção Geral da AT ([ver resumo da reunião](#)) para darem resposta às reivindicações dos Trabalhadores, o facto é que o tempo continua a passar e pouco se tem visto avançar.

O STI dá voz aos Trabalhadores. O Sindicato tem consciência desta responsabilidade e continuará a fazer tudo o que esteja ao seu alcance para defender afincadamente os sócios na salvaguarda dos seus direitos e interesses.

No Conselho Geral, que decorreu nas passadas 5ª e 6ª feiras, todos estes assuntos foram debatidos entre a estrutura sindical, e também as delegações regionais, distritais e restantes órgãos estão conscientes desta responsabilidade. Sabemos o que queremos e defendemos as nossas reivindicações de forma construtiva e fundamentada. A Greve é um meio que evitamos utilizar, é um último recurso! Mas é, ainda assim, uma arma de luta que não hesitaremos em usar se se mostrar necessário. Por isso, neste Conselho Geral, foi aprovada a utilização do Fundo de Greve, no caso de nos vermos obrigados a partir para esta forma de luta, durante o próximo mês de junho.

Foram prometidas reuniões durante o mês de maio pelo SEAAF e pela Direção Geral da AT para dar resposta a algumas das reivindicações. Esperamos que as respostas de facto surjam, mormente em relação à **transição das carreiras subsistentes** para as novas carreiras, mas também quanto à organização do **CAT**, regulamentação da **avaliação permanente** conforme acordado na negociação de carreiras, e à clarificação das **funções da AT**, que, como explicitamente define o DL 132/2019, são sobretudo inspetivas, e a realidade é que essas funções inspetivas estão a ser absolutamente esquecidas pelo Governo.

A força do sindicato é a força da nossa união!

STI – POR TI, PARA TI, CONTIGO!

Saudações sindicais,

A Direção Nacional